

MESA DA ASSEMBLEIA

Presidente: deputado Agostinho Patrus – PV
1º-Vice-Presidente: deputado Antonio Carlos Arantes – PSDB
2º-Vice-Presidente: deputado Cristiano Silveira – PT
3º-Vice-Presidente: deputado Alencar da Silveira Jr. – PDT
1º-Secretário: deputado Tadeu Martins Leite – MDB
2º-Secretário: deputado Carlos Henrique – PRB
3º-Secretário: deputado Arlen Santiago – PTB

SUMÁRIO

- 1 – ATA**
 - 1.1 – Comissão
- 2 – ORDENS DO DIA**
 - 2.1 – Plenário
 - 2.2 – Comissões
- 3 – EDITAIS DE CONVOCAÇÃO**
 - 3.1 – Comissões
- 4 – PRONUNCIAMENTOS**
- 5 – MATÉRIA ADMINISTRATIVA**
- 6 – ERRATAS**



ATA

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 5/2/2020

Às 14h31min, comparecem na Sala das Comissões os deputados Sargento Rodrigues, João Leite e Bruno Engler, membros da supracitada comissão. Está presente, também, o deputado Coronel Sandro. Havendo número regimental, o presidente, deputado Sargento Rodrigues, declara aberta a reunião e, nos termos do § 1º do art. 132 do Regimento Interno, dispensa a leitura da ata da reunião anterior, a qual é dada por aprovada e é subscrita pelos membros da comissão presentes. A presidência informa que a reunião se destina a receber, discutir e votar proposições da comissão. Passa-se à 3ª Fase da 2ª Parte (Ordem do Dia), que compreende o recebimento, a discussão e a votação de proposições da comissão. São recebidos pela presidência, submetidos a votação, cada um por sua vez, e aprovados os seguintes requerimentos:

nº 6.311/2020, dos deputados Sargento Rodrigues, Delegado Heli Grilo e João Leite, em que requerem seja encaminhado ao Juízo da Vara Única da Comarca de Perdizes pedido de providências com vistas à elaboração periódica de laudos de cessação de periculosidade nos menores que, durante um assalto no citado município, tiraram a vida do comerciante Silmar Lúcio de Alvarenga;

nº 6.312/2020, do deputado Delegado Heli Grilo, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis e militares que participaram da operação que resultou na apreensão de dois menores envolvidos na morte de um comerciante em Perdizes;

nº 6.314/2020, dos deputados Sargento Rodrigues e João Leite, em que requerem seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que atuaram na ocorrência, em 4/2/2020, no Município de Ribeirão das Neves, que resultou na apreensão de meia tonelada de explosivos, que provavelmente seriam utilizados na explosão de caixa eletrônicos;

nº 6.315/2020, do deputado Sargento Rodrigues, em que requer seja formulado voto de congratulações com os policiais civis que participaram das investigações atinentes ao rompimento da Barragem B1, de Brumadinho, ocorrido em 25 de janeiro de 2019.

Cumprida a finalidade da reunião, a presidência agradece a presença de todos, convoca os membros da comissão para a próxima reunião ordinária, determina a lavratura da ata e encerra os trabalhos.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente – João Leite.

**ORDENS DO DIA****ORDEM DO DIA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA,
EM 11/2/2020****1ª Parte****1ª Fase (Expediente)**

(das 14 horas às 14h15min)

Leitura e aprovação da ata da reunião anterior. Leitura da correspondência.

2ª Fase (Grande Expediente)

(das 14h15min às 15h15min)

Apresentação de proposições e oradores inscritos.

2ª Parte (Ordem do Dia)**1ª Fase**

(das 15h15min às 16h15min)

Comunicações e atos da presidência. Apreciação de pareceres, requerimentos e indicações.

2ª Fase

(das 16h15min em diante)

(Regimental)

3ª Fase

Pareceres de redação final.

**ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA NA 2ª SESSÃO
LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 11/2/2020****1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 1º turno: Projetos de Lei nºs 29 e 85/2019, da deputada Ana Paula Siqueira; 4.797/2017, do deputado Cristiano Silveira; 1.187/2019, do deputado Professor Wendel Mesquita; 1.238/2019, do deputado Bruno Engler; 1.400/2020, do deputado João Vítor Xavier; 1.444/2020, do procurador-geral de Justiça; 1.445 e 1.446/2020, do Defensoria Pública; 1.447/2020, do Tribunal de Contas; 1.449 e 1.450/2020, do Tribunal de Justiça; e 1.451/2020, do governador do Estado.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 858/2019, do deputado Roberto Andrade; e 964/2019, do deputado Tito Torres.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO E COMBATE AO USO DE CRACK E OUTRAS DROGAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 12/2/2020

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 10 HORAS DO DIA 11/2/2020

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos n°s 4.541, 4.548 e 4.549/2019, do deputado Sargento Rodrigues; 4.558/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.560/2020, do deputado Bruno Engler; 4.562 e 4.563/2020, do deputado Sargento Rodrigues; 4.564/2020, do deputado João Vítor Xavier; e 4.584/2020, do deputado Sargento Rodrigues.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 11/2/2020

1ª Parte (Expediente)

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de pareceres sobre proposições sujeitas à apreciação do Plenário:

No 2º turno: Projeto de Lei n° 492/2019, do deputado Delegado Heli Grilo.

No 1º turno: Projetos de Lei n°s 3.851/2016, do deputado Tiago Ulisses; 4.421/2017, do deputado Braulio Braz; 1.194/2019, da deputada Delegada Sheila; e 1.224/2019, do deputado Cleitinho Azevedo.

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Em turno único: Projetos de Lei n°s 1.234 e 1.235/2019, da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher. Requerimentos n°s 4.575/2020, da deputada Delegada Sheila; 4.583/2020, do deputado Duarte Bechir; e 4.586/2020, da deputada Beatriz Cerqueira.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE AGROPECUÁRIA E AGROINDÚSTRIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 11/2/2020**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 11/2/2020**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

3ª Parte

Audiência de convidados destinada a debater os reflexos da Lei Complementar nº 152, de 2020, sobre os chamados adoecidos da Lei 100 e os avanços necessários para a efetivação de direitos das pessoas que se encontram nessas condições.

Recebimento e votação de requerimentos.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 14H30MIN DO DIA 11/2/2020**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE TRANSPORTE, COMUNICAÇÃO E OBRAS PÚBLICAS NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 15 HORAS DO DIA 11/2/2020**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Discussão e votação de proposições que dispensam a apreciação do Plenário:

Requerimentos nºs 4.551, 4.553, 4.565 a 4.568 e 4.577/2020, da deputada Delegada Sheila, 4.554/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva, 4.556/2020, do deputado João Vítor Xavier, 4.557/2020, do deputado Sávio Souza Cruz, e 4.561/2020, do deputado Bruno Engler.

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 11/2/2020**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

ORDEM DO DIA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE ESPORTE, LAZER E JUVENTUDE NA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, A REALIZAR-SE ÀS 16 HORAS DO DIA 11/2/2020**1ª Parte (Expediente)**

Leitura e aprovação da ata. Leitura da correspondência e da matéria recebida. Designação de relator.

2ª Parte (Ordem do Dia)

Recebimento, discussão e votação de proposições da comissão.

**EDITAIS DE CONVOCAÇÃO****EDITAL DE CONVOCAÇÃO****Reuniões Extraordinárias da Comissão de Constituição e Justiça**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Ana Paula Siqueira e Celise Laviola e os deputados Zé Reis, Bruno Engler, Charles Santos e Guilherme da Cunha, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 11/2/2020, às 9h30min e às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei n°s 1.444/2020, do procurador-geral de justiça, 1.445 e 1.446/2020, da Defensoria Pública, 1.447/2020, do Tribunal de Contas, 1.449 e 1.450/2020, do Tribunal de Justiça, e 1.451/2020, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2020.

Dalmo Ribeiro Silva, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reuniões Extraordinárias da Comissão de Administração Pública**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Beatriz Cerqueira e os deputados Osvaldo Lopes, Leonídio Bouças, Raul Belém, Roberto Andrade e Sargento Rodrigues, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 11/2/2020, às 10 horas, às 15 horas e às 17 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei n°s 1.446/2020, da Defensoria Pública, e 1.450/2020, do Tribunal de Justiça, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2020.

João Magalhães, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher**

Nos termos regimentais, convoco as deputadas Andréia de Jesus, Celise Laviola, Delegada Sheila, Leninha e Marília Campos, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/2/2020, às 14h15min, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2020.

Andréia de Jesus, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Pública**

Nos termos regimentais, convoco os deputados Delegado Heli Grilo, João Leite, João Magalhães e Léo Portela, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/2/2020, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de votar, em turno único, os Requerimentos n°s 4.541, 4.548 e 4.549/2019, do deputado Sargento Rodrigues; 4.558/2020, do deputado Dalmo Ribeiro Silva; 4.560/2020, do deputado Bruno Engler; 4.562 e 4.563/2020, do deputado Sargento Rodrigues; 4.564/2020, do deputado João Vítor Xavier; e 4.584/2020, do deputado Sargento Rodrigues, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2020.

Sargento Rodrigues, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão do Trabalho, da Previdência e da Assistência Social**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Marília Campos e os deputados André Quintão, Gustavo Valadares e Mário Henrique Caixa, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 11/2/2020, às 15 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência pública, debater a situação dos trabalhadores da Petrobras e as consequências da privatização da empresa.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2020.

Celinho Sintrocel, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reuniões Extraordinárias da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Laura Serrano e os deputados Virgílio Guimarães, Braulio Braz, Doorgal Andrada, Fernando Pacheco e Glaycon Franco, membros da supracitada comissão, para as reuniões a serem realizadas em 11/2/2020, às 17 horas, às 17h30min e às 18 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de discutir e votar os Pareceres para o 1º Turno dos Projetos de Lei n°s 1.355/2019, do governador do Estado, 1.444/2020, do procurador-geral de justiça, 1.445 e 1.446/2020, da Defensoria Pública, 1.447/2020, do Tribunal de Contas, 1.449 e 1.450/2020, do Tribunal de Justiça, e 1.451/2020, do governador do Estado, e de receber, discutir e votar proposições da comissão.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2020.

Hely Tarquínio, presidente.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO**Reunião Extraordinária da Comissão de Prevenção e Combate ao Uso de Crack e Outras Drogas**

Nos termos regimentais, convoco a deputada Ana Paula Siqueira e os deputados Cássio Soares, Delegado Heli Grilo e Gustavo Mitre, membros da supracitada comissão, para a reunião a ser realizada em 12/2/2020, às 14 horas, na Sala das Comissões, com a finalidade de receber, discutir e votar proposições da comissão e de, em audiência de convidados, debater a necessidade de campanhas de prevenção do consumo excessivo de álcool e outras drogas, principalmente durante o período do Carnaval.

Sala das Comissões, 10 de fevereiro de 2020.

Delegada Sheila, presidente.

**PRONUNCIAMENTOS****DISCURSOS PROFERIDOS NA 3ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 6/2/2020**

O deputado Bruno Engler – Boa tarde, Sr. Presidente! Boa tarde aos colegas aqui presentes em Plenário, àqueles que ocupam as galerias, principalmente os servidores da segurança pública que vêm aqui demandar a sua recomposição salarial! Hoje é um dia importante em que veio a mensagem do governador com a proposição de recomposição salarial dos servidores da segurança pública, e aqui eles estão fazendo essa cobrança para esta Casa.

Agora, quem dera as mazelas do servidor da segurança pública se limitassem ao salário defasado, atrasado, que eles recebem aqui em Minas Gerais.

Infelizmente, as dificuldades são muito maiores do que essa. Um trabalho árduo, perigoso, na defesa da nossa população, arriscando a própria vida e muitas vezes fazendo o sacrifício máximo pela segurança do povo de Minas Gerais.

E eu estou aqui, hoje, Sr. Presidente, para falar de um absurdo que ocorreu ontem na Comissão de Direitos Humanos desta Casa, da qual sou membro. Durante pouco mais de um ano que tenho como parlamentar, foram muitas experiências, muitas vitórias, muitas coisas boas e também muitas derrotas, e isso faz parte da política, mas o que aconteceu ontem é simplesmente inaceitável.

Quero até ressaltar que, ao longo do ano passado, a presidente Leninha teve, dentro das suas possibilidades, até um posicionamento democrático dentro da comissão, deixando que cada um expusesse os seus ideais. Eu até consegui fazer uma audiência pública na Comissão de Direitos Humanos para tratar do direito à vida, desde a sua concepção, contra o aborto, enfim, para tratar do direito mais fundamental, que é o direito à vida. Só que ontem a gente viu a Comissão de Direitos Humanos da forma como é a maioria dos órgãos de direitos humanos neste país, um órgão para defender bandido e demonizar a polícia. No caso até não houve defesa de bandido, mas houve, com certeza, demonização da polícia, e isso é uma vergonha.

Eu estou aqui com nove requerimentos aprovados ontem, na Comissão de Direitos Humanos. Os nove têm uma coisa em comum: está escrito “voto contrário do deputado Bruno Engler”, porque votei contra todos eles e propus uma emenda a cada um deles, visto que os requerimentos são moções de apoio aos jovens que morreram no baile *funk* de Paraisópolis. Eu não tenho problema nenhum com moção de apoio às famílias desses jovens. Acho que toda família que perde um ente querido deve, sim, receber apoio, mas eu peço atenção à redação desses requerimentos: “Exma. Sra. Deputada Presidente da Comissão de Direitos Humanos, a deputada que este subscreve requer a V. Exa., nos termos regimentais, seja encaminhada moção de apoio à família da jovem” – vou aqui omitir o nome – “executada sumariamente por ação da Polícia Militar de São Paulo em um baile *funk* de Paraisópolis, Zona Sul de São Paulo, em 1º/12/2019”. Isso aqui é mentira. Não houve nenhuma execução sumária no baile *funk* de Paraisópolis.

Eu estou aqui com o boletim de ocorrência elaborado pela Polícia Civil de São Paulo e faço questão de ler o histórico escrito nesse boletim: “Ao chegar ao plantão, o delegado de polícia foi cientificado pela equipe anterior sobre a ocorrência na

comunidade de Paraisópolis, na qual nove vítimas tinham vindo a óbito devido a pisoteamento após tumulto gerado por disparo de arma de fogo, efetuados por criminosos ao se depararem com equipes policiais. Após se inteirar dos fatos, o delegado de polícia se dirigiu ao Hospital Campo Limpo, onde fez contato com a equipe médica responsável e obteve a visualização dos corpos e as informações preliminares de que não foram encontradas lesões de perfurações por disparos de arma de fogo ou por outro objeto, apenas hematomas.

Em seguida, já com o apoio do DHPP, foi diligenciado no interior da comunidade de Paraisópolis, com o intuito de buscar elementos que ajudassem a esclarecer os fatos. Foram realizadas as perícias locais e apreendido um DVR para verificar possível registro de identificação das vítimas, até então desconhecidas também no exame residuográfico nos policiais militares que fizeram parte da operação no local. Considerando que até o término do presente registro não foram encontrados indícios de participação direta ou efetiva nos óbitos, não se verificando a ocorrência desses por causa de decorrência policial, a ocorrência permaneceu nessa distrital, tendo o DHPP assessorado apenas os exames periciais. Na sequência, foram realizadas oitivas dos policiais militares que apresentaram a ocorrência”.

E eu trago aqui o relato de um policial militar: “O policial militar, neste ato condutor, comparece a esta Central de Polícia Judiciária informando que estava em operação denominada pancadão, junto com o policial militar e demais policiais qualificados como testemunhas neste registro, sendo que todos se utilizavam de viaturas motorizadas de duas rodas quando foram acionados, via Copom, para apoiar uma diligência de averiguação de veículo Celta preto, demais dados não qualificados. Que não encontraram o referido veículo, mas ocorre que, durante o deslocamento pela Avenida Hebe Camargo, na altura do cruzamento com a Rua Rudolf Lutze, dois ocupantes de uma motocicleta XT 660, de cor preta, emplacamento não observado, ao verem as equipes policiais, passaram pelo meio do comboio, e, após ultrapassarem, o ocupante que estava na garupa do motociclo efetuou diversos disparos de arma de fogo na direção das equipes policiais. Que conseguiram se abrigar sem efetuarem disparos contra os autores, visto que não tiveram tempo hábil para reação. Depois iniciaram o acompanhamento, porém sem sucesso, pois os indivíduos adentraram em uma multidão que participava de um baile *funk* que ocorria na via pública, e que os indivíduos continuaram a efetuar disparos de arma de fogo e começou uma confusão generalizada pelo local, não sendo possível revidar, devido à enorme quantidade de pessoas que ali estavam, sendo possível apenas se abrigarem para se protegerem dos disparos. Que, em seguida, as equipes passaram a ser hostilizadas pelos frequentadores do baile *funk*, que arremessaram garrafas, pedras e madeira na direção dos policiais. Que, visando assegurar a integridade física das equipes, iniciaram deslocamento para sair da comunidade. Ao saírem da comunidade se depararam com viatura do Comando 02, que repassou informações do ocorrido, e, juntamente com o Comando 01, adentraram novamente na comunidade e se depararam com equipes da Força Tática, viaturas M16010 e M16011, apedrejadas e danificadas, que desembarcaram para prestar apoio. No entanto, havia um grande número de pessoas descontroladas, sendo necessário o uso moderado da força, com emprego de cassetete e munição química pelos policiais da Força Tática, dos Comandos 01 e 02, para dispersar a multidão. Em seguida, receberam a informação de que havia nove pessoas desacordadas em uma viela da Rua Ernest Renan, e, após verificarem a veracidade da informação, acionaram, via rádio, regaste e Samu. No entanto, devido à demora para que as unidades de socorro médico chegassem ao local, foi autorizado, via rádio, que as viaturas da Polícia militar prestassem socorro às vítimas até o pronto-socorro de Campo Limpo, onde foram constatados os óbitos de todas elas.”

O boletim de ocorrência é muito claro, mostra que a atuação dos policiais se deu sendo acionados pelo Copom. Foram em busca de um Celta preto, que não foi encontrado. Enquanto circulavam pela Avenida Hebe Camargo, bandidos, em uma moto, dispararam contra os policiais, que iniciaram perseguição. E esses bandidos entraram dentro da favela de Paraisópolis, dentro do pancadão. Esses bandidos, no baile *funk*, continuaram disparando contra a polícia, que não revidou, justamente por causa do grande número de pessoas que estavam no local. Em virtude dessa confusão gerada pelos bandidos covardes, que usaram os frequentadores do pancadão como escudo humano, nove pessoas morreram pisoteadas. E é lamentável a morte dessas nove pessoas.

É legítimo que a Comissão de Direitos Humanos faça moções de apoio às famílias. O que não é legítimo é uma redação mentirosa, irresponsável, desonesta, que diz que essas pessoas foram executadas sumariamente pela Polícia Militar. Isso é falta de respeito pelo agente de segurança pública. Isso é um escárnio. Esse tipo de requerimento não é digno desta Casa. É uma vergonha para esta Assembleia, e é uma vergonha para o Estado de Minas Gerais. A Comissão de Direitos Humanos não pode ser instrumento para demonizar a atividade do policial militar.

E a gente pode, sim, ter discussões políticas sobre se a ação da polícia foi acertada ou não, se a gente vai mudar o protocolo; agora, a mentira, a desonestidade, atribuir execução sumária a policiais militares não acrescenta nada ao debate, e é apenas oportunismo político barato, que visa capitalizar a morte dessas pessoas para atacar a Polícia Militar. Isso é uma vergonha, e esse tipo de coisa não deve prosperar na Assembleia de Minas.

Passo a palavra ao deputado Coronel Sandro.

O deputado Coronel Sandro (em aparte)* – Deputado Bruno Engler, obrigado. Eu também faço parte desta Comissão de Direitos Humanos, e tenho que concordar com V. Exa.: já chega de Comissão de Direitos Humanos vir aqui colocar a culpa na polícia por todas as mazelas que existem. E principalmente quando a polícia age na sua missão constitucional e tem que cancelar CPF de bandido. Mas a polícia que é culpada por ter feito o que não deveria? Muito pelo contrário, esse Brasil está precisando é de um programa Mais Polícia e Mais Cadeia para essa vagabundada. É disso que o País está precisando. E infelizmente essas comissões de direitos humanos espalhadas pelas casas legislativas de todo o Brasil, a nossa inclusive... Nós somos voz lá, que perdemos em qualquer votação, porque sempre é a mesma ladainha, é defendendo bandido, é culpando a polícia. Ora, ai de nós todos que vivemos em sociedade se não fosse a ação pedagógica e educativa da polícia, principalmente da Polícia Militar, que está sempre presente nos locais onde ninguém quer estar. Sabem por quê? Porque está lá a escória da bandidagem. E quem vai lá para enfrentar? Quem? Não é o médico, não é o contador, não é o professor, não é o filósofo, não é o sociólogo, que vez ou outra fica apresentando propostas inexequíveis para resolver problemas que nós sabemos que desde o início da humanidade são resolvidos da forma como têm que ser. Ou seja, bandido cometeu crime, tem que ser preso; bandido enfrentou policial, tem que morrer. Porque na troca de tiro com PM ou com o policial civil, morre o bandido, não morre o policial. Porque o policial é o nosso herói; o policial é aquele que nos protege de dia, de noite, sob chuva e sob sol. E muitas vezes não tem reconhecido o seu valor.

E isso, graças a Deus, em Minas Gerais, nós estamos ajudando a corrigir a cada dia. Porque está aqui a mensagem do governo, o Projeto de Lei nº 1.451, e nossas galerias estão tomadas pelos nossos membros das nossas associações da Polícia Militar e da Polícia Civil. Está aqui a nossa recomposição salarial, conforme prometido, conforme negociado com o governo. O governo honrou a sua palavra. E agora, compete a nós, deputados, honrarmos a nossa, que é aprovar isso aqui no tempo mais rápido possível, de acordo com o Regimento. É isso que tem de acontecer.

Então, lamento que uma Comissão de Direitos Humanos, da qual eu faço parte, ainda insista em dizer que policiais estão executando pessoas, quando, na verdade eles estão cumprindo o seu dever constitucional e protegendo os inocentes. Porque, com bandido, gente, acreditem vocês que não fazem parte da segurança pública, mas está aqui muita gente que faz: com bandido não tem acordo, bandido é cadeia ou é bala, se ele enfrentar. É assim que tem que ser e é assim que vai ser. Então, parabéns, deputado.

Eu estou apresentando em Plenário, assim que for publicado esse requerimento que foi aprovado, um requerimento para cancelar isso em Plenário, porque isso é um absurdo. Não podemos fazer isso com os nossos policiais militares. É um absurdo, estou indignado. Muito obrigado pelo aparte.

O deputado Bruno Engler – Obrigado, deputado Coronel Sandro. É lamentável que seja preciso vir aqui ao Plenário trazer o absurdo que foi aprovado na Comissão de Direitos Humanos.

Para encerrar minha fala, já que o tempo está acabando, quero cumprimentar todos os agentes de segurança pública que estão aqui, nessas galerias, e dizer que nós vamos trabalhar muito para que o projeto da recomposição salarial seja aprovado o mais

rápido possível. E trabalhar mais ainda para que a gente possa ter uma mudança de paradigma, e num futuro próximo a gente não seja obrigado a ver uma Comissão de Direitos Humanos que toma para si a responsabilidade de demonizar os órgãos de segurança pública, como a Polícia Militar, nesse caso a Polícia Militar do Estado de São Paulo. Muito obrigado.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Delegado Heli Grilo – Gente, só para esclarecer, não fui eu que o derrubei, não, até porque, em tudo o que o Bruno falou aqui ele tem o meu apoio integralmente.

Nessa história, nós, que somos policiais, sabemos quantas vezes sofremos ações dos direitos humanos. Nunca vimos os direitos humanos irem até a casa de uma vítima de bandido. Vítima de polícia já vi demais, mas, de bandido, nunca.

Sr. Presidente, gostaria de cumprimentar os meus colegas policiais civis e militares, do sistema prisional, do sistema socioeducativo, todos os membros da segurança pública que se encontram nas galerias e dizer que é uma honra muito grande ter vocês aqui. Sei que essa caminhada é feita sempre em busca de recuperar um prejuízo, de tentar recompor aquilo que nós perdemos ao longo dos anos com a esquerda, viu, Bruno? Perdemos com a esquerda, porque ficamos quatro anos sem nenhuma recomposição fiscal, mesmo sabendo que todo ano nós perdíamos muito.

Gosto de ver a turma aqui, mas a gente sabe, meu amigo José Maria, presidente do Sindpol, das dificuldades para fazer com que todos venham aqui. Tenho notado que as instituições de segurança pública têm sido muito frequentes e muito dispostas – todas elas. As instituições representativas, sejam da Polícia Militar, sejam do Corpo de Bombeiros, do socioeducativo, do sistema prisional, da Polícia Civil, todas têm comparecido àquelas ações que precisam da participação de vocês.

Gostaria de dizer que é com muita felicidade que recebemos hoje a mensagem do governo, conforme foi prometido por ele através das negociações de que participaram todas as instituições da segurança pública e todos os deputados da segurança pública desta Casa. Nesta oportunidade, quero até agradecer a participação do deputado Bruno Engler, que, embora não seja policial de nenhuma instituição de segurança pública, sempre esteve com a gente nos ajudando, ajudando-nos a concretizar aquilo de que a segurança precisava, que é essa recomposição salarial.

Mas a nossa luta está só começando, senhores. Nós teremos muito trabalho? Talvez não para votar essa recomposição, Dra. Camilli, presidente eleita do sindicato, mas nós teremos que lutar muito para resolver o problema da nossa previdência, porque ficamos um pouco fora do contexto e precisamos entrar e mostrar ao governo que risco de vida todos nós corremos, independentemente da instituição policial, seja ela entidade militar, civil, prisional, bombeiro. Todos nós corremos risco de vida. Por esses motivos, não podemos ser tratados de forma diferente.

Eu gostaria de dizer ao governo que estamos felizes e agradecidos por ele ter cumprido a palavra, mas esperamos dele também uma grande compreensão no que se refere à questão da previdência. Podem ter certeza de que chegou o momento dos policiais civis principalmente, porque os policiais militares que aqui sempre estiveram fizeram o trabalho deles e muitas vezes nos ajudaram. Chegou o momento de mostrarmos o que viemos fazer aqui. É aqui que nós vamos ter que mostrar o nosso valor e não deixar que a nossa instituição policial civil seja tão prejudicada e tão vilipendiada, como nos parece que está para acontecer. (– Palmas.) Podem ter certeza de que estaremos aqui firmes para não abrir mão daquilo que a Polícia Civil fez por merecer.

Deixo, Sr. Presidente, o meu abraço. Gostaria de aproveitar a oportunidade, encerrando, para cumprimentar a nossa secretária de Cultura do governo Jair Bolsonaro. Tenho verdadeira paixão de fã – é claro – por Regina Duarte. Fazer críticas à Regina Duarte, falar mal da Regina Duarte, que sempre trabalhou em defesa da família, em defesa de coisas de direita, do conservadorismo...

Eu fico triste quando vem um cidadão que a gente nem sabe o que é tecer comentários e falar mal. Eu sei que isso nem vai chegar à Regina Duarte, mas quero dizer que eu estou solidário e grato por ela ter aceitado essa missão de secretária da Cultura do Brasil. OK? Sr. Presidente, eu devolvo a V. Exa. a palavra.

O deputado Sargento Rodrigues* – Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, público que nos acompanha pela TV Assembleia, nossos convidados, boa tarde. Queria cumprimentar todas as associações, entidades, sindicatos da Polícia Civil, do Corpo de Bombeiros, da Polícia Militar, dos policiais penais, dos agentes socioeducativos, dos servidores administrativos, das instituições de segurança pública que se fazem presentes. Marcaram presença aqui nas galerias do Plenário da Assembleia. Com muita alegria, nós também ocupamos a tribuna da Assembleia.

Quero aqui agradecer ao deputado Antonio Carlos Arantes o ter feito a escolha do deputado Sargento Rodrigues para leitura da correspondência que diz respeito ao envio do Projeto de Lei 1.451, que trata da revisão, da recomposição das perdas inflacionárias do pessoal da segurança pública de Minas Gerais.

Eu queria registrar também, com alegria, a presença do nobre deputado federal Subtenente Gonzaga, que também, da mesma forma, vem acompanhando de perto – junto conosco, com este deputado, com o deputado Bruno Engler, com o deputado Coronel Sandro, com o deputado Heli Grilo – e participando efetivamente de todas as negociações salariais junto ao governo do Estado. É com muita alegria, Subtenente Gonzaga, que registramos a presença de V. Exa. Fique à vontade. Como parlamentar, tem trânsito livre aqui, no Plenário desta Casa.

Queria dizer que a chegada desse projeto é exatamente fruto da união de todos os sindicatos, de todas as associações dos servidores da segurança pública, dos deputados federais e estaduais oriundos da segurança pública. Aqui também faço um registro especial ao deputado Bruno Engler, que é um deputado que tem-nos ajudado muito, que tem comparecido, que tem participado, que tem sido também mais uma voz dos servidores da segurança pública nesse processo de luta e negociação.

A Mensagem nº 69, que chegou e foi protocolada no Plenário, foi transformada no PL nº 1.451, de 2020, que trata da recomposição das perdas inflacionárias dos anos de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019 e também daquelas futuras perdas inflacionárias projetadas para 2020, 2021 e 2022. Tudo isso é fruto da união, é fruto da convergência, do esforço de deputados, de associações, de sindicatos e, graças a Deus, diferentemente do governo do PT, daquela destruição total do Estado de Minas Gerais, também dos chefes de polícia, do comandante-geral da Polícia Militar, do chefe da Polícia Civil, do comandante-geral do Corpo de Bombeiros, do secretário de Estado da Segurança Pública. Com a união de todas essas pessoas, dessas associações, dessas entidades, dos deputados e dos chefes de Polícia é que nós conseguimos fazer com que esse projeto chegasse aqui.

Eu quero, de público, parabenizar as nossas associações de sindicatos que estão aqui marcando presença e, por outro lado, conclamar todos, porque a nossa previsão, conversando com o nosso presidente, o deputado Agostinho Patrus, é de que essa matéria seja aprovada no dia 11, nas Comissões de Constituição e Justiça e de Fiscalização e que, no dia 12, na quarta-feira, às 10 horas, seja votada em 1º turno.

Então, quero aqui renovar o apelo às nossas entidades, sindicatos e associações: vamos conclamar uma grande mobilização de toda a segurança pública para o dia 12, quarta-feira da semana que vem, às 10 horas da manhã, para acompanhar a votação, em 1º turno, do Projeto de Lei nº 1.451/2020, que trata da recomposição das perdas inflacionárias.

E aí vou assegurar aos nossos colegas policiais civis, policiais militares, policiais penais, bombeiros militares, agentes socioeducativos, à grande família da segurança pública, que nós estaremos aqui vigilantes – eu, o deputado Bruno Engler, o deputado Coronel Sandro, o deputado Heli Grilo estaremos aqui vigilantes – para saber se nós teremos alguém aqui que fará qualquer forma de obstrução velada, porque, muitas vezes, a obstrução não é escancarada. Vamos acompanhar a tramitação de perto.

E eu já quero deixar claro que, no governo do PT, no governo passado, os projetos que tramitaram aqui que tratavam de reajuste ou de recomposição de perda inflacionária dos servidores do Poder Executivo não só tiveram o apoio, mas a presença, o encaminhamento favorável deste deputado e o voto. Portanto, agora nós queremos que aqueles que defendem outras categorias de servidores também tenham o mesmo comportamento.

O que nós estamos apresentando aqui, hoje, e que o governador encaminhou não é reajuste, presidente. Nós estamos falando da recomposição da perda inflacionária. O que o governo está fazendo aqui é atender uma reivindicação nossa, que está prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal, ou seja, é a revisão geral anual de 2015, 2016, 2017, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. Então, nós não estamos pedindo aqui aumento salarial; a proposta trata de recomposição das perdas inflacionárias.

Portanto, volto a conclamar as nossas associações, sindicatos, todos os policiais e todos os membros da segurança pública que estão acompanhando a TV Assembleia neste momento. Olhem, nós precisamos lotar estas galerias no dia 12, quarta-feira, às 10 horas. Esta Assembleia tem que estar lotada de servidores da segurança pública. É isso que nós estamos conclamando na data de hoje.

Concedo um aparte ao ilustre colega e jovem deputado Bruno Engler.

O deputado Bruno Engler (em aparte) – Obrigado, deputado Sargento Rodrigues. Peço o aparte apenas para consignar o meu apoio a esta causa, como V. Exa. bem colocou. V. Exa. tem sido um verdadeiro professor nesta Casa das demandas da segurança pública, à frente da Comissão de Segurança Pública.

Nós vamos estar vigilantes para que esse projeto caminhe o mais rápido possível. Ninguém vai ter a cara de pau de ficar contra a recomposição salarial dos servidores da segurança pública. E nós vamos estar atentos também, como V. Exa. colocou, para que não ocorra uma obstrução velada e para que, o mais rápido possível, esse projeto seja aprovado, porque os servidores merecem essa recomposição, que não é aumento, não é reajuste, é apenas a recomposição das perdas inflacionárias a que todo trabalhador tem direito.

O deputado Sargento Rodrigues* – Agradeço ao deputado Bruno Engler.

Deputado João Leite, V. Exa. tem sido também um companheiro e um colaborador constante...

O deputado João Leite (em aparte)* – Conte com o meu apoio e conte com o meu voto.

O deputado Sargento Rodrigues* – Especialmente com o voto de V. Exa., deputado João Leite, nós já contamos há bastante tempo, inclusive na Comissão de Segurança Pública. Mas contamos também com a sua liderança. V. Exa. exerce o sétimo mandato consecutivo, portanto, é um deputado experiente, sério, honrado e que, tenho certeza, vai nos ajudar muito lá, no bloco a que V. Exa. pertence, para essas aprovações.

Mas temos aqui uma missão. Na terça-feira, as associações, os sindicatos, temos de estar aqui também às 10 horas, no dia 11, para acompanhar na Comissão de Constituição e Justiça e, em seguida, na Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária.

Vamos fazer um apelo. Já fiz um apelo antecipado ao deputado Dalmo Ribeiro Silva e ao deputado Hely Tarquínio, presidentes da Comissão de Constituição e Justiça e da Comissão de Fiscalização Financeira e Orçamentária, respectivamente.

Como o projeto veio do governador do Estado, é projeto do Partido Novo, esperamos que o deputado Bartô também, que está aqui presente no Plenário, do Novo, mesmo partido do governador, possa nos ajudar. O deputado Cleitinho já se manifestou várias vezes. É um grande companheiro que vai nos ajudar. Esperamos também que o deputado Bartô possa estar aqui conosco nessa luta buscando a aprovação dessa matéria. Passo a palavra a V. Exa., já que o provoquei.

O deputado Bartô (em aparte)* – Deputado Sargento Rodrigues, já que V. Exa. me provocou diante de toda a classe que veio, que se fez presente aqui, para pedir esse projeto, vou fazer a minha consideração e explicar para vocês porque sou contra esse projeto.

Infelizmente, há diversas classes de trabalhadores que estão também na mesma situação de vocês. Perderam, em função da inflação, a questão dos salários deles. (– Manifestação nas galerias.) Se vocês querem vaiar, tudo bem. Estou tentando explicar a vocês o meu posicionamento. Se querem ouvir o posicionamento de alguém que é contra, eu explico. Se querem vaiar, tudo bem. Eu falo com o Sargento Rodrigues então. Aí, sim, Sargento Rodrigues, não posso...

Eu economizo 73% do meu mandato. Contrato apenas 9 pessoas das 28 que posso contratar. Faço isso por questão de saber que temos de reduzir os gastos. (– Manifestação nas galerias.)

– A presidência, nos termos do inciso VIII do art. 83 do Regimento Interno, suspende a reunião por 1 minuto.

O deputado Sargento Rodrigues* – Obrigado, presidente. Queria que o meu tempo fosse respeitado. Queria respeitar o posicionamento contrário. (– Manifestação nas galerias.)

Esperem! Esperem aí!

Companheiro policial civil, vamos aguardar eu terminar de falar. Por favor, aguarde. Afinal de contas, vocês estão lidando, agora, com o representante de vocês aqui na tribuna.

Então, queria dizer ao ilustre deputado que respeito a opinião dele, mas discordo. É bom que ele teve a possibilidade de se manifestar, porque a gente até conhece agora a posição do deputado. Uma vez que a conhecemos, podemos, inclusive, conversar um pouco mais com ele para fazer o convencimento. Se ele tivesse passado um pouco da nossa experiência, deputado Coronel Sandro, talvez ele teria uma posição diferente.

Enquanto muitos estão lá na Zona Sul dormindo, tranquilos, com a situação financeira muito boa, são esses aqui das galerias que estão lá exatamente também como miserês. Muitos que estão lá dormindo, e com essa chuva desabando toda aí, mas quem está lá na ponta da linha? Está lá o policial civil, está lá o bombeiro militar, está lá o policial militar, estão lá os policiais penais tomando conta da escória da sociedade que ninguém quer, que ninguém deseja (– Manifestação nas galerias.) Ninguém quer sentir cheiro de morrinha de preso – quem conhece morrinha de preso sabe do que estou falando. Talvez, se o deputado tivesse a oportunidade de conversar com o inspetor Zé Maria de Paula – Zé Maria Cachimbino –, que trabalhou tantos anos na Furtos e Roubos aguentando e convivendo com a escória da sociedade, ele teria outra posição.

O deputado talvez não tenha prestado muita atenção na minha fala. Não se trata de aumento. Escândalo é a fala do procurador de justiça Leonardo Tavares, que ficou conhecido como Miserê. Ele não só estava choramingando de receber um salário líquido de R\$24.000,00, sem contabilizar os penduricalhos que são levados a R\$80.000,00. Muito diferente de quem ganha R\$4.000,00 bruto, hoje R\$3.500,00 líquido para socorrer a família, cuidar da esposa, dos filhos, da saúde, do gasto do médico, do dentista, do material escolar, da escola dos filhos, enfim, de tantas coisas... Então, é muito diferente. Talvez o deputado, pela pouca experiência de mandato, ainda não consiga imaginar a amplitude do trabalho. Mas eu queria deixar claro aqui que sem força não existe poder público, não existe Assembleia, não existe MP, não existe Judiciário, não existe Tribunal de Contas, porque não há nenhum registro em toda história da humanidade de que algum governo governa sem forças de segurança pública. Então, neste caso, o que o governador está fazendo não é aumento. Ele está contemplando perda inflacionária por determinação constitucional. É bom que o deputado se lembre disso. Não é favor do governador.

Quando nós estávamos lá negociando, deputado Coronel Sandro e deputado Bruno Engler, não estávamos pedindo um favor para o governo. Estávamos negociando como interlocutores políticos da classe e dizíamos ao governador: “Governador, cumpra o dispositivo do inciso X do art. 37”. E, aí, eu conclamo o ilustre colega deputado a fazer a leitura do dispositivo, a revisão geral dos servidores.

Se o governo opta por negociar por alguma categoria, ele deve saber onde é que o calo dele aperta. Se ele quer negociar depois com outras, essa prioridade é do governo, não é minha, enquanto deputado; não é minha enquanto sindicatos e associações. O nosso papel é representar quem está na ponta da linha. Mas eu posso lhe dizer, deputado: eu tive situações como essa.

Enquanto eu estava trocando tiros lá nas ruas e combatendo o crime, muitos, que ainda residem na Zona Sul, estavam lá tomando uísque 21 anos e comendo caviar, enquanto estávamos lá combatendo o crime e impedindo que aquela mesma escória chegasse até a turma da Zona Sul, a mesma turma que comanda e é a elite da sociedade.

Parabéns aos senhores e às senhoras que refutaram de forma democrática! E parabéns a vocês! Que continue a vigília! Agora, mais do que nunca, vocês devem saber que a vigília deve permanecer 24 horas neste Parlamento para que não haja nenhum tipo de retrocesso na tramitação da matéria.

Muito obrigado, presidente.

* – Sem revisão do orador.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Boa tarde, Sr. Presidente! Boa tarde a todos os deputados e deputadas, aos servidores desta Casa e à plateia presente! É uma honra estar aqui para poder falar de vocês agora.

O que eu tenho para falar para o deputado Bartô é que o mesmo empenho que a gente está tendo para defender a segurança pública, vamos ter para a educação, vamos ter para a saúde. O momento agora é de nos unirmos. O que não pode é, em um ano de mandato, vir um promotor, um procurador falar que R\$30.000,00 é uma miséria. A gente tem que defender esses servidores que estão aqui. São esses que a gente tem que defender. É preciso rodar o Estado, como estou rodando, e ver vereador afastado por indício de corrupção recebendo o salário ainda. Quer dizer que dinheiro, neste país, existe. Por que não pode valorizar vocês? Agora, além de valorizar vocês, vão valorizar a educação, vão valorizar a saúde. Vamos nos unir, todo mundo no Estado, para sermos solidários a todos.

O que eu tenho para falar para vocês, humildemente, é que vocês podem comigo. Meu mandato está à disposição de vocês. Eu entrei aqui para ser justo. Com um governo justo, o povo se alegra. O que a gente tem que ser aqui é justo. Pronto e acabou. É preciso ser justo.

Eu tenho toda a humildade para falar para vocês que eu não tenho a mesma competência do Sargento Rodrigues, do Coronel Sandro, do próprio Dr. Hely, que estava aqui, para poder falar da Segurança Pública, não. Mas eu tenho respeito por vocês; tenho amor pelo próximo e me coloco no lugar de vocês. Sabem por quê? Porque o salário de cada deputado aqui está rigorosamente em dia. O meu caiu no dia 1º. Então, eu tenho que pensar em vocês. Eu tenho que ter vergonha na minha cara e defender a causa justa. A causa de vocês é justa. É direito. Tiraram o direito de vocês, vão dar direito para vocês. Eu vou ficar aqui três anos brigando para dar direito, para não tirar direito de ninguém.

Quer um aparte, Coronel Sandro? Fique à vontade. Contem comigo.

O deputado Coronel Sandro (em aparte)* – Obrigado, deputado Cleitinho. Primeiro, eu quero agradecer a V. Exa. pelo apoio à causa da segurança pública, reconhecendo que essa recomposição salarial não tem nada de mais, a não ser o reconhecimento do Estado de Minas Gerais pelo trabalho desses homens e dessas mulheres, que, de dia e de noite, estão a nos proteger do bandido. Ou seja, a proteger todos nós, que somos inocentes.

Quero aqui também agradecer o empenho de todos os deputados, que, ao longo do último ano, em diversas e sucessivas reuniões de negociação com o governo, em diversas e sucessivas manifestações nas ruas de BH e na Cidade Administrativa, contribuíram para que nós pudéssemos chegar a este momento, em que se materializa, por intermédio do governo, a efetiva proposta de recomposição salarial.

Mas quero deixar registradas, principalmente, nossas congratulações a todos vocês, que hoje estão aqui nessas galerias. Alguns não puderam vir, outros vieram em outros movimentos, porque se todos nós não estivéssemos mobilizados, cientes de que a participação efetiva na cobrança do reconhecimento do nosso trabalho, talvez, isso não estivesse acontecendo. Então, hoje, eu rendo homenagem a todos vocês, homens e mulheres da Polícia Militar, da Polícia Civil, agentes prisionais, agentes socioeducativos e pessoal administrativo. Essa vitória é de todos nós.

A partir da semana que vem, dias 11 e 12, nas comissões; na quarta-feira, votando em 1º turno; e, no dia 19, votando em 2º turno, nós esperamos consolidar essa conquista, que nada mais é do que uma recomposição salarial. Deveria ser aumento, porque nós merecemos, mas a situação do Estado de Minas Gerais não permite que isso aconteça ainda. Mas em algum dia, isso vai acontecer.

Então é isso, deputado Cleitinho. Muito obrigado pelo aparte. Amigos e amigas da Polícia Militar, obrigado pela presença. Estamos sempre juntos. Um abraço.

O deputado Cleitinho Azevedo* – Usando a minha representatividade a favor da segurança pública, não posso me esquecer dos agentes penitenciários. Estou aqui para defender essa causa dos agentes penitenciários também.

Eu recebi esta semana inteira... “Prezado, venho, gentilmente, solicitar o apoio do gabinete para uma análise aprofundada na PEC do secretário de Segurança e Justiça, Gen. Araújo. Primeiramente, ele não reuniu com a categoria em geral, ouvindo as regiões do Estado. Na proposta dele, está nos deixando dependentes da secretaria. Nossa carreira é a 2ª maior do Estado da Segurança Pública. Precisamos também sermos independentes. Essa PEC revolta a categoria. Precisamos da ajuda dos deputados”.

Então, queria explicar... (– Manifestação nas galerias.) Da mesma maneira que a Polícia Militar... Parece que os agentes penitenciários de Minas Gerais são os patinhos feios da segurança pública. Tem que ser igual. O direito é de todos. Da mesma maneira que na Polícia Civil e na Polícia Militar correm risco de vida, vocês pensam que um agente penitenciário não corre risco de vida, gente? Coloquem-se no lugar deles.

Dou um recado a todos os deputados que estão aqui, para o secretário e para o governador: eu, como os deputados, o secretário e o governador estamos de passagem. Quem fica são os servidores públicos. Temos que fazer é do jeito que eles querem, e não do jeito que a gente quer, não. É simples. Então, eu peço ao general que tenha humildade e retire essa PEC, porque aqui já está tramitando uma PEC. (– Manifestação nas galerias.) Com todo o respeito... (– Manifestação nas galerias.) É isso aí. Com todo o respeito ao secretário, mas ele está de passagem, como eu. Então temos que ouvir os servidores. Será do jeito que eles querem, e não do jeito que a gente quer.

Quero deixar bem claro: o que eu puder mobilizar para essa PEC do secretário não passar eu farei, porque eu sou um soldado de vocês aqui. Eu estou na guerra.

E, para completar, há outra situação: o próprio deputado Delegado Heli Grilo, por meio do Sindicato dos Agentes Penitenciários, já propôs uma PEC, e é ela que votaremos aqui. A gente votará conforme vocês quiserem. Então, contem comigo.

Bartô, peço apenas rapidez porque tenho mais pauta para colocar aqui, e o meu tempo está acabando.

O deputado Bartô (em aparte)* – Rapidinho aqui. É só para tentar o diálogo novamente.

Quero deixar bem claro que o meu respeito à classe da segurança é enorme. Eu já visitei vários presídios, várias penitenciárias. Estou conversando para ver a questão do carreirismo de vocês. Fui agora ao Norte de Minas, durante as férias, e rodei por diversos Corpos de Bombeiros. Já fui a diversas delegacias. Aliás, fui a algumas. Tenho que ir mais até, para falar a verdade. Já fui a vários batalhões da Polícia Militar. Eu destino emenda para a segurança pública também. Sei que essa questão de o salário de vocês estar defasado é chata, sei que é crítica. E não é porque estou recebendo o meu em dia, não. Não tem disso. A questão é exatamente porque há várias classes que estão na mesma situação de vocês, com salário defasado. Há classes que estão com o salário defasado desde 2010. (– Manifestação nas galerias.)

A culpa não é de vocês. Não é. (– Manifestação nas galerias.) Na verdade, a culpa não é de vocês sozinhos. A culpa é de todos nós. A culpa foi de todos nós, por deixarmos políticos aqui fazendo demagogia e estragando as condições fiscais do nosso Estado.

Então, infelizmente, se eu votar a favor da recomposição salarial de vocês, como eu olharei para outras classes que precisam da recomposição também? Como eu olharei para as contas do Estado hoje, que recebe R\$90.000.000.000,00 e tem um faturamento de R\$100.000.000.000,00? Até quando iremos pelo conto de fadas e na ilusão de que o Estado se sustentará?

Então, infelizmente, eu quero deixar aqui, mais uma vez, o meu respeito pela classe da segurança, que é uma classe que defendo aqui. Vim correndo do meu gabinete para ouvir a fala do Bruno e corroborar. Salve, salve a Polícia Militar pelo trabalho que ela faz! Em hora alguma ela deve temer na hora de puxar o revólver com relação ao que está feito aqui, na Comissão de Direitos Humanos.

Gente, vocês têm o meu apoio, mas infelizmente a condição hoje é de não poder haver recomposição para uma classe só em detrimento de outras. O Estado não comporta todas as classes. Então, peço que entendam a minha parte também. O meu gabinete está aberto para quem quiser conversar. Estou à disposição para explicar melhor. (– Manifestação nas galerias.)

O deputado Cleitinho Azevedo* – Eu quero dizer a todos os servidores da segurança pública que estão aqui, agora, que a gente pode se unir para ser solidário também à classe da educação. Ela pode entrar em greve, e penso que devemos nos unir para valorizar a educação no Estado. O que o Estado vem fazendo com a educação é covardia. Eu sou pai – tenho dois filhos – e vou apoiar a greve dos professores, sim. Peço aos pais de Minas Gerais. “Ah, mas vai atrasar a educação.” A educação já está atrasada. Ela já está atrasada. Então, cabe a nós, como deputados, como governador, olhar para a educação, parar de discurso e ir para a prática.

A educação precisa ser valorizada. Então, peço a vocês, servidores, que se solidarizem com os servidores da educação e se unam, para que a educação também tenha o seu direito. Sem educação nós não temos nada, sem educação não temos nada. Eu apoio a greve, sim. “Ah, mas vai atrasar o Estado, Cleitinho! Vai atrasar a educação.” Não vai atrasar a educação, a educação já está atrasada por ter políticos que nunca souberam olhar por ela. Então, tem um aqui que sabe olhar pela educação. Vou apoiar os professores. Não saiam da guerra enquanto vocês não tiverem os direitos de vocês. Sabem por quê? Porque a segurança pública, a educação... Nenhum servidor tem culpa da incompetência do passado. Então, agora, é hora de consertar o erro do passado e valorizar vocês. (– Palmas.)

Sr. Presidente, até quero agradecer aqui ao Tramonte e à V. Exa. também, que assinaram a minha PEC. Eu fiz uma PEC aqui, gente, que vai contra mim mesmo. Eu acho que quem não deve não teme. Estou rodando o Estado inteiro de Minas Gerais. Aí você vai a uma cidade e há um secretário afastado por indício de corrupção; aí você vai a uma cidade igual Nova Serrana e encontra cinco vereadores afastados por suspeita de corrupção; aí você vai a uma cidade igual Manhumirim, e o prefeito está afastado também por corrupção. Aí, pasmem: eles continuam recebendo o salário. Isso é justo? Eu quero perguntar se isso é justo. Eu estou fazendo um modelo de projeto aqui, de PEC, para valer para o Estado. Mas eu queria que os vereadores dos municípios de Minas Gerais, as câmaras mudem o regimento interno, mudem a lei orgânica e façam como eu estou fazendo aqui. O que eu estou fazendo aqui é simples: se deputado for afastado por corrupção, não vai receber; se secretário for afastado por corrupção, não vai receber; se governador também for afastado, não vai receber. Vamos levar isso ao Brasil inteiro. Que o Senado – eu não estou no Senado, não sou deputado federal – faça uma PEC também, mexa na Constituição, faça uma emenda e coloque que qualquer agente político que entrar na política e for afastado por indício de corrupção ou suspeita de corrupção não receba, não pode receber. Vamos parar de imoralidade neste país aqui; vamos parar de motivar o errado como certo. Tem de parar com isso!

Então, é mais que justo. Eu estou fazendo uma lei aqui contra mim mesmo. Sabem por quê? Porque quem não deve não teme. Então, que esse projeto, essa PEC possa rodar Minas Gerais inteira. Você, que é vereador, faça uma na sua cidade. Se vereador estiver afastado, igual em Nova Serrana, não deixem ele receber, ele não pode receber, deixem ele ser julgado. Se ele for julgado e for inocentado, ele vai à Justiça e vai receber. Agora, se for culpado, não pode receber. Na maioria das vezes, quase todos são culpados e acabam recebendo. Aí passam dois anos recebendo, são culpados e não pagam o dinheiro para o Estado novamente. Que história é essa?

Outra coisa: a maioria dos agentes políticos que está afastada não está rezando, não, não está fazendo coisa boa, não. Eles estão fazendo “sapequinha”, são sapecas. Eles estão errados! Então, não podem receber dinheiro do Estado, não. Há servidor com salário atrasado, com 13º salário atrasado, professor que não tem direito, segurança pública que não tem direito e secretário afastado que está recebendo. É errado!

Eu quero agradecer a todos os deputados que assinaram. Espero que passe pelas comissões e venha para o Plenário, porque quem não deve não teme. A gente não tem de temer nada, não. Quem faz a coisa certa e acorda de cabeça erguida não tem que temer nada, não. Então, que façam esse projeto valer também para cá.

Outra coisa: que sirva de exemplo para todas as câmaras municipais de Minas Gerais, do Brasil e o Congresso faça isso valer. O que não pode é agente político corrupto, sem-vergonha estar afastado e ainda receber. A população não merece isso, não. A população paga imposto rigorosamente em dia para ter político aqui que a represente de verdade, como eu estou fazendo. Contem sempre comigo.

Para finalizar a minha fala, na minha cidade de Divinópolis, esta semana, a câmara municipal fez uma licitação para gastar R\$100.000,00 com café. São R\$100.000,00! Aí foram questionar o presidente, e o presidente falou assim: “Não, porque os vereadores falam aqui que estão comendo pouco e têm de comer mais. O que está tendo aqui não dá”. Espera aí, gente: R\$100.000,00 para gastar com vereador? Por que vocês que ganham bem, que ganham rigorosamente em dia não pagam do seu próprio bolso? Eu tenho um auxílio-alimentação e posso gastar – pasmem! – até R\$10.000,00! Quando eu vou lancha eu pago é do meu bolso. Eu não tenho que fazer a população pagar para mim, não. Entendeu? Aí a minha cidade agora está em todo o Brasil, Divinópolis, porque tem vereador de mimo, querendo lanche, querendo café. Paguem do seu bolso! Sabem o que tem de acontecer? Tem de ter um projeto no Congresso, no Senado para diminuir o orçamento da Câmara. O orçamento da minha cidade é 6%. Que caia para 3%, a metade, porque aí não vai ter farra com o dinheiro público. O que acontece hoje é que a maioria das câmaras está cheia de cargo comissionado, tem dinheiro sobrando. Na minha cidade são R\$20.000.000,00 anuais. Pensem se cair pela metade! Ficam R\$10.000.000,00 para investir na população, enquanto tem R\$20.000.000,00 para investir em vereador.

É isso que precisa acabar, é isso. É preciso chegar um deputado para provocar um deputado federal, um senador, para que faça uma PEC, que faça um projeto de lei que diminua o orçamento das câmaras. A maioria das câmaras... Há um monte de vereador que vem cá e pede para a gente fazer um papel de diária para eles, eles vêm cá só para passear, eles não vêm aqui para trabalhar, não. E doa a quem doer. Quem não é assim não acha ruim o que eu estou falando não, mas há muita gente que é assim: que vem para cá, para Belo Horizonte, para pegar diária. Quer dizer, então, que dinheiro tem, enquanto há salário de servidor atrasado. É isso que precisa mudar neste país, é isso que precisa mudar. Reforma política urgente!

Então, situações como essas, na minha cidade de Divinópolis, acontecem no Brasil inteiro. É preciso um senador de peito, um deputado de peito, que faça ter menos dinheiro nas câmaras municipais. É só diminuir o orçamento. Um exemplo da minha cidade: é 6%? Que caia para 1%. É preciso colocar esse político – deputado, vereador, senador – para trabalhar. Muito obrigado, Sr. Presidente. (– Palmas.)

* – Sem revisão do orador.



MATÉRIA ADMINISTRATIVA

ATOS DA MESA DA ASSEMBLEIA

Na data de 10/2/2020, o presidente, nos termos do art. 79, inciso VI, da Resolução nº 5.176, de 6/11/1997, e nos termos da Lei nº 21.732, de 28/7/2015, da Resolução nº 5.497, de 13/7/2015, c/c a Deliberação da Mesa nº 2.625, de 8/9/2015, assinou os seguintes atos, relativos ao cargo em comissão de recrutamento amplo de assessor parlamentar, do quadro de pessoal desta Secretaria:

exonerando Lécio de Sousa Neto, padrão VL-12, 4 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Sávio Souza Cruz;
nomeando Isnard Monteiro Horta, padrão VL-30, 4 horas, com exercício no Gabinete da Deputada Marília Campos;
nomeando Jose Divino Bertoldo de Oliveira, padrão VL-22, 6 horas, com exercício no Gabinete do Deputado Sávio Souza Cruz;
nomeando Lécio de Sousa Neto, padrão VL-36, 6 horas, com exercício no Bloco Minas Tem História.

TERMO DE CONTRATO Nº 86/2019

Contratante: Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Contratada: Global Distribuição de Bens de Consumo Ltda. Objeto: aquisição de sete ilhas de edição, conforme as disposições contratuais e as especificações mínimas constantes do Anexo IV. Vigência: seis meses a partir da data da assinatura. Licitação: Pregão Eletrônico nº 75/2019. Dotação orçamentária: 1011.01.122.701-2.009.4.4.90 (10.8).



ERRATAS

DISCURSOS PROFERIDOS NA 104ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA 1ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 19ª LEGISLATURA, EM 12/11/2019

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 15/11/2019, na pág. 54, antes do pronunciamento do deputado Gustavo Valadares incluía-se o seguinte pronunciamento:

“O deputado André Quintão – Sr. Presidente, faltam poucos projetos para concluirmos o acordo. Faço uma solicitação, em nome do acordo, inclusive para agilizar os trabalhos. Amanhã nós temos uma pauta importante com projetos do governo. Se não concluirmos a votação dos projetos de deputados... Queria aqui a atenção dos deputados da base. Se não concluirmos os projetos hoje, de deputados, provavelmente amanhã, dentro do acordo, esses projetos serão analisados em primeiro lugar. Se porventura houver algum movimento, algum motivo – para mim, inacreditável – amanhã, o governo será prejudicado. Então, estou deixando isso claro, senão depois ainda vão falar: ‘Não aprovou o fundo disso, não aprovou o fundo daquilo’. Não é a oposição. A oposição está cumprindo o acordo. Acabamos de votar para dar quórum num projeto do deputado Bartô, que é polêmico, para que não caísse a reunião por ausência de quórum, inclusive contra algumas de nossas convicções sobre o conteúdo.

Então, queria fazer um apelo a todos os deputados e deputadas. São projetos de deputados. Não tem nada a ver com o governo. Agora, nós fizemos um acordo. Vi uma movimentação, talvez pelo avançar da hora, mas são pouquíssimos projetos. Pediria – e tomo essa liberdade – aos deputados e às deputadas que mantivessem esse quórum até para não ter aquela sensação de que o quórum vai ser retirado porque os projetos de deputados do PT... Tenho certeza de que não é por isso. Peço ao pessoal que fique para concluirmos o acordo hoje, a fim de ajudar o governo amanhã nos projetos que estarão na pauta. Desculpem-me, Luiz Humberto e Gustavo. Talvez eu esteja fazendo um papel que nem é o meu – de líder da oposição –, mas estou querendo zelar pelo cumprimento do acordo amanhã.”.

PROJETO DE LEI Nº 1.450/2020

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 8/2/2020, na pág. 36, após a “Justificação”, acrescentem-se os seguintes documentos:

“Comunicação Interna – CI nº 1611 / 2020 – PRESIDÊNCIA/SUP ADM/SESPRE

Belo Horizonte, 27 de janeiro de 2020.

SEPLAG/CECOEX

Assunto: Disponibilidade orçamentária e financeira.

Senhor Diretor Executivo:

A fim de subsidiar estudos referentes à nova solicitação da Presidência do Tribunal de Justiça para a reformulação do projeto de lei destinado à eventual criação, transformação e alteração de padrão de cargos no Quadro de Provimento em Comissão do Poder Judiciário, requeiro a V. S^a que informe a esta SESPRES, com a máxima urgência, acerca de disponibilidade orçamentária e financeira para atendimento da demanda, conforme abaixo descrito.

Solicito-lhe, ainda, que averigue se o provimento dos referidos cargos estará em consonância com a legislação fiscal vigente, de modo a não ultrapassar os limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000) em relação às despesas com pessoal, levando-se em consideração a possibilidade de incrementos na remuneração dos servidores (Data base).

Cargos a serem transformados:

1 – Assessor Jurídico I, de recrutamento limitado, padrão de vencimento PJ-69, em cargo de Assessor Jurídico II, padrão de vencimento PJ-77;

2 – Assistente Técnico de Precatórios, de recrutamento limitado, padrão de vencimento PJ-61, em cargo de Gerente, de recrutamento limitado, padrão de vencimento PJ-77;

3 – Coordenador de Serviço, de recrutamento limitado, padrão de vencimento PJ-61, em cargo de Coordenador de Área, de recrutamento limitado, padrão de vencimento PJ-69.

Alteração de padrão de vencimento:

CARGO	RECRUTAMENTO	PADRÃO ATUAL	NOVO PADRÃO	QUANTIDADE
Assessor de Juiz	Ampla	PJ-51	PJ-56	763
Assistente Judiciário	Ampla	PJ-29	PJ-41	280

Cargos a serem criados:

CARGO	RECRUTAMENTO	PADRÃO	QUANTIDADE
Assessor Jurídico II	Ampla	PJ-77	2
Assessor Jurídico II	Limitado	PJ-77	2
Assessor Técnico II	Ampla	PJ-77	12
Assessor Técnico II	Limitado	PJ-77	4
Assessor Técnico I	Ampla	PJ-69	2
Assessor Técnico I	Limitado	PJ-69	1
Assistente Técnico de Gabinete	Ampla	PJ-61	7
Assistente Técnico de Gabinete	Limitado	PJ-61	4
Assessor de Juiz de Direito	Ampla	PJ-56	70
Gerente	Limitado	PJ-77	2
Coordenador de Área	Ampla	PJ-69	10
Coordenador de Área	Limitado	PJ-69	12
Coordenador de Serviço	Ampla	PJ-61	11
Coordenador de Serviço	Limitado	PJ-61	3

Atenciosamente,

Guilherme Augusto Mendes do Valle, Secretário Especial da Presidência e das Comissões Permanentes.

MANIFESTAÇÃO

Senhor Secretário Especial da Presidência e das Comissões Permanentes,

Em atendimento à Comunicação Interna 3315306, manifestamo-nos quanto à disponibilidade orçamentária para eventual efetivação das proposições contidas no evento SEI 3315306, bem como quanto a sua conformidade aos limites preconizados pela Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000). Cabe ressaltar que análise desta Seplag se atém aos aspectos orçamentários da proposta.

Primeiramente, estimamos, conforme quadros demonstrativos abaixo, qual seria o impacto orçamentário com a transformação e criação de cargos e alteração de padrões de vencimento, de acordo com o proposto pelo supracitado evento 3315306.

TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS					
CARGO	PADRÃO	RECRUTAMENTO	QUANTITATIVO	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO ESTIMADO	
				ANUAL	MENSAL
Assessor Jurídico II	77	Limitado	1	48.730,92	4.060,91
Gerente	77	Limitado	1	86.445,84	7.203,82
Coordenador de Área	69	Limitado	1	37.714,92	3.142,91
TOTAL – TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS				172.891,69	14.407,64
TRANSFORMAÇÃO DE CARGOS					
CARGO	PADRÃO	RECRUTAMENTO	QUANTITATIVO	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO ESTIMADO	
				ANUAL	MENSAL
Assessor de Juiz	56	Amplo	763	10.146.878,86	845.573,24
Assistente Judiciário	41	Amplo	280	5.704.899,81	475.408,32
TOTAL – ALTERAÇÃO DE PADRÃO DE VENCIMENTO				15.851.778,68	1.320.981,56
CRIAÇÃO DE CARGOS					
CARGO	PADRÃO	RECRUTAMENTO	QUANTITATIVO	IMPACTO ORÇAMENTÁRIO ESTIMADO	
				ANUAL	MENSAL
Assessor Jurídico II	77	Amplo	2	428.809,26	35.734,11
Assessor Jurídico II	77	Limitado	2	290.610,09	24.217,51
Assessor Técnico II	77	Amplo	12	2.572.855,58	214.404,63
Assessor Técnico II	77	Limitado	4	581.220,19	48.435,02
Assessor Técnico I	69	Amplo	2	348.560,73	29.046,73
Assessor Técnico I	69	Limitado	1	96.574,13	8.047,84
Assistente Técnico de Gabinete	61	Amplo	7	1.002.585,49	83.548,79
Assistente Técnico de Gabinete	61	Limitado	4	235.436,82	19.619,73
Assessor de Juiz de Direito	56	Amplo	70	8.924.484,21	743.707,02
Gerente	77	Limitado	2	290.610,09	24.217,51
Coordenador de Área	69	Amplo	10	1.742.803,65	145.233,64
Coordenador de Área	69	Limitado	12	1.158.889,50	96.574,13
Coordenador de Serviço	61	Amplo	11	1.575.491,48	131.290,96
Coordenador de Serviço	61	Limitado	3	176.577,61	14.714,80
TOTAL – CRIAÇÃO DE CARGOS				19.425.508,84	1.618.792,40
VALOR TOTAL				35.450.179,20	2.954.181,60

Em que pese o significativo impacto na folha de pessoal, especificamente na ação orçamentária 2453 – Remuneração de Servidores da Ativa e Encargos Sociais, considerando o disposto na Lei Orçamentária Anual nº 23.579, de 15 de janeiro de 2020, e considerando a projeção de despesas de pessoal para o presente exercício, informamos que há disponibilidade orçamentária para a implementação das alterações pretendidas, sendo possível sua adequação à programação anual.

Ademais, entendemos que permanecerá respeitado o limite prudencial de 5,6145% da Receita Corrente Líquida Estadual – RCL, levando-se em conta, importante sublinhar, os prognósticos disponibilizados pelo Poder Executivo. Nesse sentido, é relevante

que destaquemos o valor divulgado da RCL relativo ao encerramento do exercício de 2019 (3º Quadrimestre), montante de R\$ 64.068.169.194,30, representando crescimento aproximado de 4,68% em relação ao valor do 2º Quadrimestre.

Naturalmente, como é de conhecimento de Vossa Senhoria, o valor apurado referente à RCL está sujeito a variações ao longo do ano, em razão, precipuamente, de intercorrências de natureza econômica, o que demanda o constante monitoramento do cenário fiscal.

Permanecemos à disposição para os esclarecimentos porventura necessários.

À consideração superior.

Carlos Eduardo Camarota, Assessor Técnico.”.

PROJETO DE LEI Nº 1.448/2020

Na publicação da matéria em epígrafe, na edição de 8/2/2020, na pág. 52, onde se lê:

– Publicado, vai o projeto às Comissões de Justiça e à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 102, do Regimento Interno”, leia-se:

“– Publicado, vai o projeto à Mesa da Assembleia para parecer, nos termos do art. 188, c/c o art. 79, inciso VIII, alínea “a”, do Regimento Interno.”.